

RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.393 - SP (2017/0266203-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : AFONSO FANTINATO
RECORRENTE : ANTONIO MANOEL ALVES FRAGNAN
RECORRENTE : VICENTE ANTONIO NUCCI
RECORRENTE : MANOEL AUGUSTO DA CRUZ SILVESTRE
RECORRENTE : ANTONIO AUDELINO CORREA FILHO
RECORRENTE : JOSE ELPIDIO COSTANTIN
RECORRENTE : FRANCISCO JOSE CARUSO
RECORRENTE : ANTÔNIO CARLOS PINTO
RECORRENTE : VIRGILIO GRUPPI DE CASTRO
RECORRENTE : RAMON MANOEL CAMARA
ADVOGADO : ROBERTO MOHAMED AMIN JUNIOR - SP140493
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SIDNEY AUGUSTO PIOVEZANI - SP114105
SOLON MENDES DA SILVA - RS032356
ALEXANDRE BOCCHETTI NUNES - RJ093294
ARNOR SERAFIM JUNIOR - SP079797
MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904
ANTONIO PATRICIO MATEUS - SP327274
PRISCILLA HORTA DO NASCIMENTO - SP209780

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por AFONSO FANTINATO e OUTROS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1.184):

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. MULTA.

1. Ação de cobrança, por meio da qual se objetiva a complementação dos proventos de aposentadoria.

2. É manifestamente inadmissível o agravo interno que não impugna, especificamente, os fundamentos da decisão agravada.

3. Agravo interno não conhecido, com imposição de multa".

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.199/1.214), sustentam os recorrentes que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 114 e 202, § 2º, ambos da Constituição Federal, alegando, para tanto, que a

decisão recorrida não está em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que determinou que as ações que visam a obtenção de complementação de aposentaria são de competência da justiça comum.

Afirmam que "não há que se falar em competência da Justiça do Trabalho, tendo em vista que não se trata de dissídio trabalhista, porque não é objeto desta ação a relação empregatícia entre as partes, mas sim, o cumprimento de uma obrigação previdenciária constituída após a extinção do vínculo empregatício, ficando assim determinado que a competência é da Justiça comum, tendo em vista que não se trata de vínculo trabalhista e sim de Direito Previdenciário".

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1.239/1.242.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário não conheceu do recurso em razão da deficiência da impugnação recursal que não refutou os fundamentos da decisão recorrida, aplicando o enunciado nº 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM.

AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTELATÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto). 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa aos artigos 114 e 202, § 2º, ambos da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente